

UMA ANÁLISE FEMINISTA E PÓS-COLONIAL DAS CONQUISTAS FEMININAS DAS MULHERES DO CAMPO ENTRE OS ANOS 2003 E 2010

Igor Tairone Ramos dos Santos
Universidade Federal da Paraíba-UFPB
ramosdossantosigortairone@gmail.com

Resumo: O presente relatório se trata de um recorte de uma pesquisa realizada durante um ano junto ao Departamento de Relações Internacionais da UFPB. Tal pesquisa foca nos avanços sociais das mulheres do campo no Brasil entre 2003 e 2010, e como movimentos sociais, com foco na Via Campesina, ajudaram no empoderamento das mulheres residentes no campo, com atenção aos avanços educacionais. A corrente teórica que apoiou o artigo é o Pós-Colonialismo, bem como o Feminismo Pós-Colonial, por conta das abordagens que levam em consideração uma perspectiva diferente de se analisar a teoria e os sujeitos focos do estudo, lidando principalmente com termos como a representação. Os dados e informações analisados foram tirados de relatórios oficiais, artigos e monografias de estudiosos que discorreram sobre o tema, tanto deste relatório quanto dos artigos produzidos. O artigo foi desenvolvido tendo como método principal de realização, a revisão de literatura base sobre o tema, principalmente para elaboração do viés teórico, além disso, coletou dados de relatórios oficiais descritivos de Organizações Internacionais como a ONU. É importante dizer que o presente relatório traz uma reflexão teórico-analítica a respeito dos avanços femininos obtidos no Brasil no tempo proposto acima.

Palavras-chave: Feminismo. Pós-colonialismo. Representatividade.

Introdução

A dificuldade de representação é um dos grandes problemas que afligem a sociedade, pois, durante o desenvolvimento da sociedade contemporânea, vários grupos foram marginalizados por questões de gênero, raça, classe social, sendo desfavorecidos e constrangidos de direitos básicos em detrimento de grupos sociais que conseguiram alcançar uma posição de poder. Necessário dizer que tal falta de representatividade é marcada não só em virtude de terem demandas atendidas, mas também ter o direito de contar sua própria história e tê-la reconhecida.

O Pós-Colonialismo, que será descrito mais à frente é uma abordagem teórica das Relações Internacionais que procura trazer representatividade para os demais países que se localizam fora

do centro Europeu e Norte-Americano, principalmente no que diz respeito à produção de conhecimento, sendo assim, traz uma possibilidade de outros países, sobretudo os que foram ex-colônias de se inserir no processo de produção teórica. Tal abordagem teórica também pode utilizada para fornecer análises sobre a conquista de direitos de grupos sociais marginalizados ou então que tem problemas de representatividade frente a sociedade.

O Feminismo Pós-Colonial, abordado à frente, da mesma maneira, traz o feminismo para este âmbito de discussão, levando em consideração os diferentes contextos sociais e políticos a que as mulheres estão inseridas, abordando conceitos de economia, raça e história. Isto se torna importante já que é claramente perceptível que uma mulher que more no Oriente Médio possivelmente tenha uma vida e um contexto completamente diferente de uma mulher que tenha crescido toda a sua vida em um país ocidental como os Estados Unidos da América. Da mesma maneira no Brasil, as mulheres com melhores condições financeiras que moram nas cidades, têm demandas diferentes das mulheres que moram no campo que sobrevivem com agricultura família, por isso a importância de uma abordagem teórica que levem estes aspectos em consideração.

A luta feminina pela inserção social e conquista de direitos iguais, foi marcada por alguns conflitos e de maneira gradual, começando pela conquista do voto, direito de trabalhar fora de casa e possuir autonomia financeira. Ainda que este processo seja lento, é compreendido ao longo do artigo que deixar com que as mulheres tenham direito a voz e à representatividade, sobretudo as mulheres do campo se torna de grande importância para que estas alcancem uma maior igualdade de direitos e acesso às políticas públicas governamentais.

Pós colonialismo

O Pós-Colonialismo surge como um conjunto de obras e estudos que trazem uma nova abordagem, com uma proposta diferente da proposta do *mainstream* das Relações Internacionais, dessa vez, produzida nos próprios países que passaram pela colonização; se não nos países, os autores geralmente têm naturalidade nestes lugares. A partir do ponto de vista do colonizado, é construída uma nova identidade, cultura e própria visão sobre Relações Internacionais, bem como sobre as nuances do poder (BARKAWI; LAFFEY, 2006).

O Pós-Colonialismo é uma abordagem teórica ampla, alcançando outras áreas como ciências humanas e sociais. A princípio foi ignorado nos estudos da disciplina das Relações Internacionais, tendo demorado muito a fazer parte de manuais ou abordagens dentre as teorias de estudo do sistema internacional, alguns dos motivos para isso pode ter sido sua aproximação com os estudos culturais, ocasionando dificuldade de transcendência em seus estudos por parte dos estudiosos de Relações Internacionais. Um outro motivo pode ser o conservadorismo e protecionismo de grande parte das disciplinas de forma geral, cujos teóricos muitas vezes se negam a adotar tal teoria por conta da subversão de boa parte de seus princípios conservadores e muitas vezes eurocêntricos que provoca o Pós-colonialismo (ELÍBIO JÚNIOR, *et. al*, 2011).

Os estudos pós-coloniais tiveram uma importância muito grande para introdução de temas que exploravam uma nova maneira de se compreender as Relações Internacionais, principalmente estudos que envolvem questões de classe, gênero e raça. Estes aspectos se tonaram importantes, porque desta maneira surgem novas maneiras de pensar as Relações Internacionais. À frente, terão destaque as autoras Greta Chowdry e Sheila Nair, que discorrem seus estudos com muita atenção às questões de gênero, classe e raça no Pós-Colonialismo.

De acordo com Chowdry e Nair (2002), autores como Krishna(1994) e Darby(1997), promovem o debate pós-colonial na disciplina de Relações Internacionais, através de diferentes visões das teorias mais comuns produzidas pelos colonizadores, com seu ponto de vista a respeito dos colonizados. Basicamente as autoras dividem essa introdução em três movimentos: O primeiro movimento que a autora chama de “*third-world fiction*” que aborda basicamente as relações das colônias com o primeiro mundo; o segundo movimento como “*resistence and recovery*” melhor representado pelos trabalhos de Memmi(1965) e Fannon(1965, 1967) e por fim o terceiro movimento que a autora chama de “*one world*”, de Gandhi (1998) que trata da solidariedade pós-colonial e traz termos como “hibridez e “diáspora” para o estudo das Relações Internacionais, estes termos como sendo característicos de uma sociedade globalizada (CUNHA, 2016).

De acordo com Chowdry e Nair (2002), embora estes movimentos sejam muito importantes para os estudos pós-coloniais, eles falham em apresentar aspectos mais subjetivos como poder raça e gênero, além de falhar também na explicação de aspectos como o cultura e

capital. De acordo com as autoras, não há como desenvolver estudos pós-coloniais devidamente profundos sem a compreensão destes aspectos. Inclusive seu livro “Poder, Pós-Colonialismo e Relações Internacionais (vide referências) é dividido entre quatro partes fundamentais para abordagens destes temas subjetivos como citado acima que são: “O poder da representação; as intersecções de raça e gênero; capitalismo global, classe e pós-colonialidade; recuperação, resistência e atuação” (CHOWDRY; NAIR, 2002, p. 15).

Compreensões a respeito de raça e gênero, como já citado anteriormente, tiveram um papel importante nos estudos pós-coloniais, a princípio houve certa controvérsia nas discussões sobre o fato do processo imperialista ter feito uso da força e da exploração da mão de obra, inclusive, os pós-coloniais apontam que a eficácia do processo de colonização se pautou principalmente na “coisificação” [*sic*] do ser-humano e na segregação de raça, além de diminuição do sujeito colonizado, a isto se deu a eficácia da colonização. Também, os estudos do marxismo vão desempenhar um grande papel ao levantar questões de raça, gênero e classes sociais.

“Aided by the morphological classifications of race by colonial anthropologists, and the consequent construction of inferior and superior races, colonial discourse legitimized its travesties by referencing race and its accompanying characteristics.[...] Scientific and anthropological discourses of the eighteenth and nineteenth centuries posited that races were biologically constituted and that the biological characteristics of people, evident in the size of the cranium and brain, the width of their forehead, i.e. their race, determined their capacity to be civilized, criminal, intelligent, and sexual beings¹” (CHOWDRY E NAIR, 2002, apud GOULD 1981, p. 10).

Ainda de acordo com Gould(1981) A reflexões feministas serviram, em grande parte para explicar o papel de gênero, detalhando tanto a postura feminina (mesmo assim ainda em situação de vulnerabilidade), como a masculina, por exemplo, é abordado que a hipermasculinidade

¹“Auxiliado pelas classificações morfológicas da raça por antropólogos coloniais e pela conseqüente construção de raças inferiores e superiores, o discurso colonial legitimava suas travesties ao referenciar a raça e suas características de acompanhamento. [...] Os discursos científicos e antropológicos dos séculos XVIII e XIX postulavam que as raças foram biologicamente constituídas e que as características biológicas das pessoas, evidentes no tamanho do crânio e do cérebro, a largura de sua testa, ou seja, sua raça, determinaram sua capacidade de serem seres civilizados, criminosos, inteligentes e sexuais(Tradução livre)”.

também era vista como foco de opressão do homem em relação à mulher, e os colonizadores por virem no homem um comportamento de opressor, era de sua competência salvar dos opressores essas “vítimas femininas” [sic].

Pós colonialismo e feminismo

Os estudos feministas estão ligados de certa forma aos estudos pós-coloniais à medida que este se propõe a analisar a representatividade. Quando se diz representatividade, aborda-se o levantamento de questões de “Quem fala por quem?” “Como funciona a representação dos outros, por outros?” (Bahri, 2013). Estes questionamentos surgiram a partir do momento que observou-se uma tendência de se analisar a realidade através de um ponto de vista único do mundo, sem levar em consideração a diversidade social, política e econômica do locus mundial.

O feminismo pós-colonial busca combater o caráter essencialista que se encontram em alguns estudos, pois o essencialismo aborda as coisas como possuintes de características naturais e imutáveis, então o feminismo pós-colonial procura trazer uma discussão abordando a construção social dos valores. Estes valores socialmente construídos são principalmente abordados como as estruturas de poder, a posição da mulher perante a sociedade dentre outros (Idem).

Sendo assim, para se abordar o feminismo pós-colonial, se faz necessário compreender não só o sujeito da mulher per se, mas também o meio. A crítica feminina pós-colonial analisa a mulher levando em consideração aspectos históricos, questões sociais, culturas, aspectos de poder dentre outras esferas que ajudaram a moldar o relacionamento entre os gêneros durante o tempo. Levando em consideração também o papel das estruturas de poder e hierárquicas e como as relações de gênero perpassam estes níveis e formam as relações sociais, estruturando-se assim diferença entre local e global (ADELMAN, 2004).

Tratando-se de questões teóricas, o feminismo pós-colonial também é abordado como feminismo de terceiro mundo, este posicionamento se torna interessante porque traz discussões interessantes sobre questões de opressão que se ligam aos estudos da situação da mulher no que tange ao feminismo e outras questões mais gerais a partir observação do oprimido (BAHRI, 2013).

É importante que o adentramento da pós-colonialidade nos estudos feministas obtém a função importante de tecer estudos densos sobre as relações de gênero e raça, aspectos de poder, embora este discurso choque em determinados momentos com o grau de autonomia que as mulheres tem de tecer sua própria discussão, de acordo com (ADELMAN, 2004, p. 19):

“[...] as questões de gênero não se inseriram fácil ou “automaticamente” dentro do campo dos estudos pós-coloniais. Um problema fundamental aparece desde os escritos tão influentes de Frantz Fanon: uma tensão entre um olhar que privilegia os interesses nacionalistas da luta anticolonial e o lugar que, a partir dessa priorização, pode ser dado ao “problema das mulheres”. Por exemplo, num texto histórico de Fanon (2000), publicado originalmente em versão francesa em 1959, no qual ele faz uma discussão sobre a politização do uso do véu na luta entre o nacionalismo e o colonialismo na Argélia, fica claro que as mulheres e suas necessidades estão, no discurso da revolução, somente num segundo plano; são os homens que, em certo momento, vêem a necessidade de as mulheres “participarem” da luta anticolonialista - e são eles ainda que decidem como, quando e sob quais condições essa participação poderia se dar”.

Sendo assim, as mulheres argelinas, por exemplo, se mantêm presas em um discurso de pessoas que de certa tentaram moldar sua realidade às próprias opiniões, e que terão posicionamentos enviesados sobre suas vidas, estes olhares se demonstram mais como colonizadores ou uma elite nacionalista (Adelman, 2004). Então, assim como os homens europeus se determinaram como o centro, sendo os outros lugares demonstrados como os “outros”, da mesma forma aconteceu com as mulheres, cujas europeias se mostraram como “centro”, e as mulheres de outros países sendo tidas como “outras” (Idem).

Embora uma parcela considerável de autores pós-coloniais sejam homens, como Edward Said, Boaventura de Sousa Santos, estes no caso, um dos autores de maior destaque, eles ainda conseguem trazer em suas abordagens aspectos importantes sobre as discussões do papel de gênero na corrente teórica feminista no pós-colonialismo. A pós-colonialidade, na medida que se dispõe a tratar de outros pontos de vista a respeito da situação do outro, ela faz com que sejam trazidas óticas cada vez menos eurocêntricas para o centro das discussões teóricas, ou seja produzindo um feminismo mais plural (Idem).

A representação já discutida anteriormente traz alguns problemas e dificuldades para teoria feminista pós-colonial e suas análises, porque em determinados momentos há fabricação de um ponto de vista único sobre as mulheres, algumas vezes preconceituoso. De acordo com Adelman (2004), a mulher do terceiro-mundo encara diferenças marcantes quanto a sua representação, porque é vítima de diferentes pontos de vista que tecem suas características:

“Mulher não ocidental frequentemente aparece como repositório de uma sexualidade livre, ainda não submetida aos controles civilizatórios que ‘domesticaram’ as mulheres ocidentais e, nesse sentido, como fantasia/tentação do desejo masculino. Numa outra versão, ela aparece como a Mulher vítima das práticas de homens carentes da sensibilidade ocidental, cuja falta de “civilização” é demonstrada na forma pela qual ‘tratam suas mulheres’”(ADELMAN, 2004, p. 33).

É importante citar que isto acontece mesmo dentro da própria literatura feminista, pois os pontos de vista construídos sobre as identidades femininas elaborados pelas próprias mulheres são diferentes. Por exemplo, os problemas encarados pelas mulheres brancas, podem ser completamente diferentes dos problemas encarados pelas mulheres negras, por isso a importância dos próprios estudos feministas de refletirem sobre si mesmo e sobre a maneira que abordam a mulher.

Por fim, nos estudos sociais, é importante a análise dos sujeitos em que sejam levados em consideração os aspectos subjetivos, e a diversidade social, pois como foi apresentado, a sociedade apresenta características sócio-culturais diferentes, aspectos históricos diferentes. Neste momento que a literatura pós-colonial faz diferença a partir do momento que se dispõe a analisar fatores mais subjetivos e produzir um conhecimento mais justo que não abarque somente um ponto de vista eurocêntrico.

O empoderamento feminino

As diferenças de gênero foram instituídas há muito tempo, e neste tempo convencionou-se que as mulheres são diferentes dos homens, vistas como um ser inferior e acostumadas a uma percepção de que deveria abaixar a cabeça sempre, também se acostumar com a ideia de que

deveriam receber remuneração mais baixa, ter uma divisão de responsabilidade desigual em casa e se acostumar com um maior volume de trabalho (FONSECA, 2011).

Acontece que este modo de pensamento se interiorizou na sociedade de modo que se naturalizou de uma maneira em que os homens são vistos em uma estrutura de dominação, onde detém um maior poder, inclusive, reafirmando tal poder também sob a forma de violência, e com a visão das mulheres sob este prisma como seres inferiores, estas acabam por não ter condições de se livrar desta situação, perpetuando esta estrutura (Idem).

É importante citar que isto reflete-se na sociedade de diferentes maneiras, por exemplo, durante uma parcela considerável do tempo, as mulheres tiveram restrições na vida política, principalmente na questão do voto, ou até mesmo candidaturas. Até hoje, a mulher ainda precisa conviver com remuneração mais baixa que a do homem no ambiente de trabalho, tendo que conviver com problemas como jornada tripla, e em alguns casos até mesmo assédio (SANTOS; SACRAMENTO, 2011).

Um dos grandes marcos para o empoderamento feminino é a conquista do voto, isto aconteceu porque através deste a mulher pôde começar a se inserir no âmbito político. Seguindo esta tendência, em 1945, a ONU resolveu trabalhar em prol da promoção de direitos iguais para ambos os gêneros a partir daí, a luta por direitos sociais, tornou-se mais expressiva, com apoio de instituições. (FONSECA, 2011).

As questões que envolvem a igualdade de gênero começaram a tomar corpo em discussões sobre desenvolvimento e direito humanos. Então, começou a ficar claro que para se alcançar um bom desenvolvimento e alcançar direitos humanos se fazia necessário buscar a igualdade de gênero, com o objetivo de diminuir disparidades de gênero no mundo em geral, para, desta maneira buscar um desenvolvimento mais igualitário.

As conquistas femininas e a inserção social

Como já discorrido acima, a princípio, existe um discurso dominante na sociedade em que a mulher é representada carinhoso, maternal e que deveria ficar em casa cuidando da família,

dedicando-se somente às atividades do lar, e ainda com uma submissão em relação ao homem. Convém dizer, que de acordo com a ONU (2011), as diferenças não pararam somente neste aspecto mais subjetivo da estrutura social, por exemplo, embora as estatísticas mostrem que a mulher tem mais acesso à escola, a educação que esta recebe se concentra no ensino fundamental e estudos básicos, somente para aprender a ler ou escrever ou se tornar professora de crianças dada a referência maternal que acompanha o gênero feminino.

Os movimentos feministas tiveram um papel importantíssimo para auxiliar as mulheres a conseguir direitos que pudessem lhe conferir ao menos status de cidadã, dentre essas conquistas importantes está o direito ao voto e o trabalho fora de casa, por exemplo. Os movimentos feministas, bem como movimentos sociais em geral ocupam papel primordial ao demonstrar que se é possível alcançar uma nova realidade que as mulheres tenham direito de se emancipar e ser cidadãs de fato, sem precisar conviver diretamente às sombras da dominação masculina (SILVA, 2012).

Os avanços do século XX produziram uma importante mudança para o gênero feminino também, os novos métodos contraceptivos, a conquista do divórcio, de maneira geral, a nova estrutura social que tirou a preponderância do papel de um único indivíduo da representação da chefia da família. Um ponto que merece destaque é que as grandes transformações alcançadas pelo gênero feminino tiveram base sobretudo em uma revolução silenciosa, sem representação partidária, baseando-se sobretudo na reformulação da estrutura social, transformando a estrutura sócio-familiar do Brasil (Idem).

Fato é que ainda é muito difícil para as mulheres conseguirem um novo status e conseguir um outro lugar social, principalmente porque as estruturas sociais que se tem hoje vieram arrastadas desde a época da colonização, o mesmo modelo de família patriarcal e mesma maneira de se enxergar a mulher. Tanto que a situação da mulher só começou a se modificar de fato em 1934 com a constituição de 1934 e alguns pontos de conquista, como o voto (FONSECA, 2011).

A consolidação das leis trabalhistas foi um dos marcos que ajudou a consolidação dos direitos femininos, visto que através destas leis pôde-se criar expectativa quanto à igualdade entre

os gêneros no mercado de trabalho, embora ainda se percebe a tendência de as mulheres estarem ocupando profissões com maiores taxas de vulnerabilidade e precariedade. Ainda se percebe a predominância da mulher nas profissões que demandam de certa forma cuidados maternos, faceta à qual a mulher é associada, como cuidadora, enfermagem, ensino básico, principalmente de crianças, dentre outros (Idem).

A evolução da conquista de inserção social e educação para a mulher do campo no Brasil entre 2003-2010

O período entre os anos 2003 e 2010 foi um período de importância em relação à busca de direitos para as mulheres e uma das principais medidas que foram adotadas neste período foi a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres que possuía status de ministério, realizando conferências para as mulheres pelo menos duas vezes por ano. Nestas conferências eram levantados pontos relativos aos direitos das mulheres, acesso a crédito, acesso à terra, enfrentamento da violência e as mulheres eram representadas por forças sindicais e movimentos rurais a exemplo da Via Campesina (ONU, 2011).

O Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE) coordenava basicamente as medidas do governo em vistas à regulação dos programas existentes concernentes ao treinamento igualitário de homens e mulheres, bem como ajudava na implementação de vários outros programas, conectados também à vida das mulheres rurais. Por fim, o PPIGRE se tornou Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (Aegre), ligada ao Gabinete do Ministro, em 2010, passando a coordenar uma parcela considerável das políticas de igualdade de gênero promovidas pelo governo (Idem).

Um dos principais pontos que os movimentos colocam como fator importante que foi alcançado em termos de melhoria na condição de vida das mulheres foi uma maior independência econômica para as mulheres. Um dos mecanismos para buscar essa igualdade reconhecimento foi o pedido para que se reconhecesse trabalhos como limpeza, reprodutivo, atividades que contribuem para o sustento da família como trabalho e contabilizável, mas, ao verificar-se a estatística, a porcentagem de mulheres com atividade contabilizável continuou pouca (Idem).

É abertamente expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos que todo ser humano tem que ter acesso à dignidade, para isso, que foi inclusa nesta análise também a violência contra mulher. Ao se tratar dos avanços femininos, levar em consideração o quanto que houve melhora nos quadros de violência se torna extremamente importante, visto que a vida familiar da mulher ou de qualquer outro ser humano independente de gênero conseguirá impactar nas outras esferas.

Segundo o relatório da ONU, A violência contra mulher entrou na temática quanto às discussões sobre gênero e fragilidade meados de 2007, principalmente com a promulgação da Lei Maria da Penha, que passou a incorporar na discussão o ambiente rural, principalmente por reivindicações de movimentos:

“Em resposta a esta reivindicação, no mesmo ano, o Governo Federal instalou – por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e outros Ministérios – o Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta. A atuação do Fórum se baseou no II Plano de Políticas para as Mulheres, na Política e no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.”(ONU, 2011, p. 227).

Estas reivindicações têm o papel crucial de promover o que já foi citado, que diz respeito à realidade e à identidade do grupo marginalizado. Porque com tais reivindicações, as políticas públicas governamentais conseguirão se adequar à realidade local, sendo assim, conseguindo combater os problemas de violência no campo e na cidade. É notável que a participação de mulheres em movimentos sociais além de lhes empoderar, consegue trazer suas demandas para perto e gerar mecanismos de combate à violência, bem como a prevenção.

As mulheres, através destes movimentos conseguem se inserir também em participações políticas e é importante dizer que tem muito a contribuir para o desenvolvimento da sociedade uma vez que tem força para combater e expressar opinião em temas como o desenvolvimento sustentável, reforma agrária. Um exemplo é um grande movimento de caráter denunciativo que tinha o objetivo de lutar contra a Aracruz celulose e o que esta vinha fazendo, que foi chamado de

“deserto verde”, esta luta denunciava as mega plantações de eucaliptos que acarretavam em sérias consequências para o meio-ambiente, e também prejudicavam o uso da terra pelos camponeses. Ainda sobre outros eventos concernentes à participação política feminina:

Grandes manifestações e mobilizações também foram protagonizadas pelas mulheres da Via Campesina, que têm organizado eventos públicos para marcar a passagem do Dia Internacional da Mulher (8 de março) como uma jornada de lutas. No Brasil, essas ações têm sido coordenadas pelo Movimento de Mulheres Camponesas (originário dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais, criados nas décadas de 1980 e 90) e pelas mulheres do MST, embora tenham envolvido também mulheres de outras organizações ligadas à Via Campesina (ONU, 2011, p. 227).

Os movimentos sociais problematizam questões importantes as quais a esfera governamental não deu a atenção merecida. Além disso, abre-se um precedente para desnaturalização de um comportamento de subordinação ao qual estão impostas as mulheres, e por conta da localização geográfica e subjetiva, estão impostas as mulheres rurais (ONU, 2011).

É importante ainda citar que a educação tem um papel primordial na perpetuação das relações do campo bem como de interferir nas estruturas sociais (ONU, 2011). Uma das maiores demandas dos movimentos sociais de mulheres do campo está voltada para promoção de uma educação que tenha foco no campo, pautada nas características peculiares, que entra sobretudo no que foi discutido acima sobre representação. Uma educação voltada para o campo se configura como uma maneira de fazer com que haja desenvolvimento no campo e que a educação seja inclusiva e direcionada às demandas sociais.

Tabela 01- Pessoas não alfabetizadas de cinco anos ou mais, por situação de domicílio sexo e região

População		Brasil				Região Sul		Região Nordeste	
		Não alfabetizadas		% população não alfabetizada		% população não alfabetizada		% população não alfabetizada	
		2003	2009	2003	2009	2003	2009	2003	2009
Urbana	Total	14.950	13.345	11	9	8	6	19	15
	Homem	7.129	6.381	11	9	7	6	20	16
	Mulher	7.821	6.964	11	9	8	6	18	14
Rural	Total	7.137	6.529	28	23	12	10	39	32
	Homem	3.977	3.633	30	25	12	10	43	35
	Mulher	3.160	2.896	26	21	11	11	35	28

Fonte: IBGE (2009), apud ONU (2011)

Tabela 02- Diferença nos anos de estudo entre população rural e urbana, em percentual de pessoas de 10 anos ou mais, por região e por situação de domicílio.

Anos de estudo	Brasil				Sul				Nordeste			
	Urbana		Rural		Urbana		Rural		Urbana		Rural	
	2003	2009	2003	2009	2003	2009	2003	2009	2003	2009	2003	2009
População total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Sem instrução e < 1 ano	9%	8%	24%	20%	6%	5%	10%	10%	16%	12%	33%	28%
1 a 4 anos	26%	22%	42%	37%	24%	20%	43%	37%	28%	23%	41%	37%
5 ou mais anos	64%	70%	33%	42%	69%	74%	46%	52%	56%	64%	25%	35%

Fonte: IBGE (2009), apud ONU (2011)

Consegue-se observar pelas tabelas que em termos de educação básicas as mulheres estão em uma situação um pouco melhor que o homem, no entanto, esta educação é voltada somente para o básico, com vistas a orientá-las a serem professoras de crianças, ou então cuidar de crianças na educação básica (ONU, 2010). Sendo assim, fazem-se necessárias políticas para conseguir democratizar e aumentar o acesso das mulheres do campo na Universidade, sem cursos que sejam somente voltados à educação básica (Idem).

Reflexão pós-colonial dos avanços das mulheres rurais

Observou-se acima que existem problemas concernentes ao papel que a mulher ocupa no que tange às relações de gênero, bem como diferenças expressivas na maneira com que se formaram as relações sociais de gênero. Além do mais, na seção que diz respeito aos avanços femininos (acima), percebeu-se que houve pontos em que houve uma melhora nas questões ligadas à mulher do campo em termos de participação política, mas em outros aspectos ocorreu pouca melhora, sobretudo no que diz respeito à educação.

É importante dizer que desde que o mundo se reconfigurou com novas estruturas após os processos de globalização, que houve na segunda metade do século XX, se tornaram mais importantes as discussões a respeito da conquista de direitos iguais para todo o mundo. Pela diversidade social que se observa no mundo, em todas as esferas, percebe-se que existem mulheres de características e vidas diferentes, por exemplo, mulheres que vivem em regiões do Oriente Médio possuem um conjunto de valores sociais e culturais diferentes de mulheres que vivem no Ocidente em sociedades com características liberais. Mulheres que ocupam regiões urbanas na sociedade, podem exibir diferentes relações familiares e de poder dentro de suas casas, em relações a mulheres que moram no campo.

É importante notar que os avanços femininos experimentados entre os anos 2003 e 2010 citados na seção deste texto mostram que foram necessárias mudanças de panorama no que diz respeito ao espaço cedido pelas esferas governamentais responsáveis, a discussões que ressaltassem as questões de gênero e as diferentes características que as mulheres apresentam na sociedade Brasileira.

Por exemplo, a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres foi uma alternativa que possuiu eficiência para pelo menos levar as demandas femininas para as esferas de discussão, e não só esse como a criação de um órgão que seja capaz de discutir as diferentes demandas femininas pode fazer com que as classes marginalizadas socialmente sejam capazes de levar seus questionamentos às esferas competentes. O pós-colonialismo inclusive traz uma discussão como citada acima sobre “Quem fala por quem”, e isto se torna muito importante para esta reflexão, visto que à medida que se criam secretarias ou outros órgãos para lidar diretamente com determinado grupo, pode se haver uma melhora na representação.

O que faz com que a criação de órgãos para representação feminina tenha sentido, é a possibilidade de abertura dos diálogos para organizações, como movimentos sociais ou grupos femininos como foi o caso dos congressos organizados por tal secretaria, com participação da Via Campesina e outras organizações, no sentido de trazer a voz feminina para ser ouvida. Sendo assim, buscando um novo método de representação mais efetivo para a sociedade brasileira.

Conclusões

Problemas sociais como Desigualdade de Gênero, se consolidaram através de um processo de construção histórico-social muito denso, e estes processos acabam por definir as estruturas sociais a longo prazo, gerando um contexto de desigualdade que se perpassa pelos anos, se tornando arraigado nas sociedades modernas e por vez difícil de contornar. Foi visto também, que um obstáculo é o fato de quem nem sempre o oprimido tem chances de fazer sua voz ser ouvida, dificultando o combate à desigualdade.

Estimular o debate social para problematizar questões como a Desigualdade de Gênero torna-se crucial para trazer à tona discussões que podem reconhecer o papel da igualdade para uma vida social justa. Convém dizer que essas questões relativas a direitos sociais ganharam uma maior preponderância sobre a sociedade, sendo assim, a ideia de que todos os seres humanos são iguais se tornou um bom embasamento para buscar uma maior justiça social, que poderia beneficiar e mitigar a desigualdade de Gênero.

Foi observado, também, durante este artigo que o combate à desigualdade se torna mais importante quando se oferece a chance de o próprio oprimido falar por si, o que gera a necessidade de se ampliar estudos sobre perspectivas teóricas diferentes e alternativas, como o Pós-Colonialismo. Os questionamentos que tal teoria evoca, geram discussões sobre o papel da representatividade e a importância de se dar atenção a grupos sociais marginalizados, e deixar com que estes grupos sejam devidamente reconhecidos e representados, expondo seu próprio discurso a partir de seu próprio ponto de vista.

A criação de Secretarias e assessorias entre os anos 2003 e 2010, com a organização de eventos que puderam levar os movimentos feministas e movimentos agrários a expor suas

demandas, mostrou-se um bom exemplo de método para representar e trazer novas demandas até então desconhecidas. A representação das mulheres do campo se torna muito importante, visto que estas possuem dificuldades de levar suas necessidades às esferas competentes e até mesmo a ter acesso a direitos básicos, principalmente por conta das dificuldades geográficas e muitas vezes desconhecimento de seus direitos.

Como citado no decorrer do relatório, A Via Campesina se consolidou como um dos movimentos mais importantes em termos de agenda feminista e uma agenda voltada para o campo, através deste, demandas puderam ter sido levadas não somente à esfera governamental nacional, mas também internacional. Desta maneira, através de movimentos sociais de importância, se pode aumentar a representação, e a discussão sobre direitos se torna mais igualitária, conseguindo modificar muitas vezes a conformação social, aumentando o poder de expressão do gênero feminino.

Por fim, este artigo pôde levantar questionamentos relevantes sobre os avanços femininos e sobre como se pode evoluir nos estudos sociais, sobre gênero e representatividade. As reflexões teóricas aqui citadas podem levantar os questionamentos sobre estas questões de maneira mais expressiva e fornecer um bom suporte para análise das mudanças posteriores.

Referências Bibliográficas

ADELMAN, Miriam. **Feminismo, pós-colonialismo e novas narrativas sociológicas**. Disponível em:

<http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4070&Itemid=319>. Acesso em: 05 ago. 2016.

BAHRI, Deepika. **Feminismo e no pós-colonialismo**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000200018>. Acesso em: 06 ago. 2016.

BARKAWI, Tarak; LAFFEY, Mark, The Postcolonial Moment in Security Studies. *Review of International Studies*, 2006, n. 32.

CHOWDBRY, G; NAIR, Sheila. **Power, Postcolonialism, and International Relations: reading race, gender and class.** London: Routledge, 2002. Cap. 01. Introduction: Power in a postcolonial world: race, gender, and class in international relations.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **REFLEXÕES SOBRE BIOPODER E POS-COLONIALISMO: RELENDO FANON E FOUCAULT.** 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132002000100006>. Acesso em: 29 abr. 2016.

DESMARAIS, Anette Aurélie. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**/Anette Aurélie Desmarais; tradução Carlos Alberto Silveira Netto Soares. – 1 ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013. (Vozes do Campo).

DESMARAIS, Annette. *La Vía Campesina: globalization and the power of peasants.* London: Pluto Press, 2007.

ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel; ALMEIDA, Carolina Soccio di Manno de. **Epistemologias do Sul: Pós-colonialismos e os estudos das Relações Internacionais.** 2011. Disponível em: <<http://www.getempo.org/index.php/revistas/66/199-epistemologias-do-sul-pos-colonialismos-e-os-estudos-das-relacoes-internacionais>>. Acesso em: 07/12/2015 às 22:50.

FONSECA, Fabiana Bento Pereira da. **As conquistas femininas e seu reflexo no ambiente profissional: estudo de caso em uma instituição bancária.** 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/77408/000892732.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade.** 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2016.

KRISHNA, S. **Globalization and Postcolonialism: Hegemony and Resitence in the Twenty-first century.** York: New Rowman and Littlefield Publisher, 2009. Cap. 03. Genealogies of the Postcolonial.

MIRANDA, Camila Maximiano; CASTILHO, Neuza Aparecida Novais; CARDOSO, Vanessa Cristina Carvalho. **MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO POPULAR: LUTA PELA CONQUISTA DOS DIREITOS SOCIAIS.** 2009. Disponível em: <http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv1n1/15_Movimentos_sociais.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2016.

ONU. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010.** Disponível em: <http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2016.

SANTOS, Ramaiane Costa; SACRAMENTO, Sandra Maria Pereira do. **O Antes, o Depois e as Principais Conquistas Femininas.** 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/anagrama/article/viewFile/7709/7110>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

SILVA, Josiane Emilia da. **ENFRENTANDO LUTAS, SUPERANDO DESAFIOS: GANHOS E CONQUISTAS DAS MULHERES BRASILEIRAS NO SÉCULO XX.** Disponível em: <http://revista.univar.edu.br/downloads/enfrentado_lutas_superando_desafios.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.